

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: GESTÃO DAS
CIDADES

MONUMENTO PARA QUEM?
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL E O ORDENAMENTO DO
ESPAÇO URBANO DE OURO PRETO (1937-1967)

Evelyn Maria de Almeida Meniconi

BELO HORIZONTE
2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Gestão das Cidades

Evelyn Maria de Almeida Meniconi

**MONUMENTO PARA QUEM?
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL E O ORDENAMENTO DO
ESPAÇO URBANO DE OURO PRETO (1937-1967)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Cultura Urbana e Modos de Vida

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho

BELO HORIZONTE
2004

RESUMO

A invenção, consagração e consolidação do patrimônio nacional pelos intelectuais modernistas do SPHAN, durante a *fase heróica* (1937-1967), foram elementos importantes para o processo de formação do Estado e construção da nação. Como parte integrante do Ministério da Educação e Saúde, esta agência estatal, criada em 1937, foi fundamental para o projeto nacionalista inaugurado pelo regime autoritário do Estado Novo ao inventar um passado para a nação imaginada, materializando-o através de monumentos apresentados como documentos da memória nacional que se passava a construir. A legitimação e naturalização desse patrimônio nacional foram resultados da imposição de uma visão de mundo do grupo que se tornou hegemônico na área de preservação cultural: os intelectuais modernistas do SPHAN. Tal processo não se deu sem conflitos entre grupos com interesses e visões diferentes em torno das definições e critérios sobre o patrimônio nacional. Estes grupos tinham em comum a valorização do passado colonial do século XVIII. Mas coube aos modernistas um projeto de nação que, ao entrelaçar tradição e modernidade, se tornou mais adequado aos interesses do Estado Novo. Valorizada pelos intelectuais desde a década de 1910 por ter conservado seu aspecto colonial, a cidade de Ouro Preto foi apresentada como a guardiã de valores representativos da origem da nação imaginada. A cidade, vista em seu conjunto como um monumento, seria transformada em paradigma patrimonial ao ser tombada, em 1938. Este ato garantia a proteção legal deste monumento pelo SPHAN, que teria o controle direto sobre qualquer tipo de intervenção em seu conjunto arquitetônico e urbanístico, fossem obras novas ou restaurações. Os critérios que nortearam estas intervenções baseavam-se em padrões estético-estilísticos que buscavam garantir uma imagem idealizada da cidade de um tempo que era o da origem da nação. A cidade seria remodelada visando garantir a autenticidade de sua estética colonial. Acreditava-se que ela não mais iria crescer. As poucas obras novas, de caráter excepcional, deveriam ser em estilo moderno, de acordo com a “boa tradição”, desde que feitas por arquitetos conceituados por fazerem “boa arquitetura”. As demais deveriam se harmonizar com a tipologia dos antigos prédios, sem copiá-los. A partir de 1945, com o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional, a cidade exigiria novos equipamentos urbanos como loteamentos, moradias novas, um cinema mais amplo, etc. O enrijecimento das normas encaminhadas pelo SPHAN gerou, por um lado, conflitos com o poder local e também com alguns proprietários; por outro lado levou à descaracterização da paisagem urbana de Ouro Preto. O estudo de caso sobre uma obra nova de caráter excepcional, como o Grande Hotel, e outro sobre a reforma de um prédio de estilo eclético para a adaptação de um cinema mais amplo foram esclarecedores desses conflitos entre o SPHAN e parte da população da cidade. Foi analisada a variada documentação técnico-administrativa sobre as obras do Cine Vila Rica, além de pastas de correspondências administrativas existentes nos Arquivos Permanentes do IPHAN, tanto no Rio de Janeiro como na 13ª Regional; bem como as seguintes coleções de publicações: *Anais do Museu Histórico Nacional*; *Revista do SPHAN* e da série *Publicações do SPHAN*.

ABSTRACT

The invention, consecration and consolidation of the national patrimony by the modernist intellectuals from SPHAN, during the *heroic phase* (1937-1967), were important elements to the process of formation of the State and construction of the nation. As a part of the Ministry of Education and Health, this state agency, created in 1937, was fundamental for the nationalist project initiated by the authoritarian regime of the *Estado Novo* (New State) by inventing a past to the imagined nation, materializing it through monuments presented as documents of the national memory that was constructed from now on. The legitimization and naturalization of this national patrimony were results of the imposition of a vision of world from the group that became hegemonic in the area of cultural preservation: the modernist intellectuals from SPHAN. This process did not take place without conflicts between groups with different interests and visions about the definitions and criterions on the national patrimony. These groups had in common the valorization of the colonial past of the 18th Century. But it was the modernists who made a project of nation that, by mixing tradition and modernity, became more adequate to the *Estado Novo* interests. Valued by the intellectuals since the decade of 1910 for having preserved its colonial aspect the city of Ouro Preto was presented as the guardian of representative values of the imagined nation's origin. The town, seen in its whole as a monument, would be transformed into patrimonial paradigm by being registered in the *Livro do Tombo de Belas Artes*, in 1938. This act would guarantee the legal protection of this monument by the SPHAN, who would have direct control over any kind of intervention on its architectonic and urbanistic complex, either if it were new constructions or restorations. The criterions that directed these interventions were based in esthetic-stylistic standards that sought to guarantee the idealized image of the town from a time that was the one of the nation's origin. The town would be remodeled aiming to guarantee the authenticity of its colonial esthetics. It was believed that the town would no longer grow. The few new constructions, of characteristic trait, should be in modern style, according to the "good tradition", as long as architects esteemed for making "good architecture" made them. The other ones should harmonize with the typology of the ancient buildings, without copying them. From 1945 on, with the industrial development and the population growth, the town would demand new urban equipments such as *loteamentos* (division of land into lots), new residences, wider movie theaters, etc. The hardening of the norms sent by SPHAN created, in one hand, conflicts with the local authority and also with some owners; in the other hand it lead to unmaking the characterization of Ouro Preto's urban scenery. The case study on a new construction of characteristic trait, such as the *Grande Hotel*, and another one on the reformation of an eclectic style building for the adaptation to a wider movie theater were elucidators of this conflict between SPHAN and part of the town population. Not only the varied technical-administrative documentation on the Cine Vila Rica reformation was analyzed, but also folders with administrative correspondence existent in the IPHAN Permanent Files, either in Rio and in the 13th Regional; as well as the following publication collections: *Anais do Museu Histórico Nacional*; *Revista do SPHAN* and from the series *Publicações do SPHAN*.